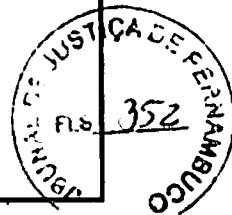




PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS



APELAÇÃO CRIME: Nº 301136-5 – Garanhuns (1ª Vara Criminal)
APELANTE: **Edvaldo Henrique Ribeiro da Rocha**
APELADO: Ministério Público do Estado de Pernambuco
RELATOR: Des. Mauro Alencar de Barros
PROC. DE JUSTIÇA: Dra. Maria Tereza de Oliveira e Silva
ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal

PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. TRIBUNAL DO JÚRI. HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO. REDUÇÃO DA PENA-BASE. DOSIMETRIA ADEQUADA. APELO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. A individualização da pena foi feita de forma correta, obedecendo aos ditames legais, especialmente ao estabelecido no art. 59 do CP.
2. A pena mínima cominada ao delito de homicídio na forma qualificada é de 12 (doze) anos, assim, não há qualquer arbitrariedade ou injustiça na fixação do "*quantum*" da pena uma vez que a pena de 18 (dezoito) anos foi devidamente fixada e fundamentada em razão das circunstâncias judiciais negativas ao apelante.
3. À unanimidade, negou-se provimento ao recurso de apelação.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de *Apelação Criminal* nº 251861-6 da Comarca de Garanhuns, em que figuram, como apelante, **Edvaldo Henrique Ribeiro da Rocha** e, como apelado, *Ministério Público do Estado de Pernambuco*, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **por unanimidade de votos**, em negar provimento ao presente recurso, tudo consoante consta do relatório e votos anexos, que passam fazer parte do julgado.

Recife, 02 de 10 de 2013.

Des. Mauro Alencar de Barros
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS

346
9

APELAÇÃO CRIME: Nº 301136-5 – Garanhuns (1ª Vara Criminal)
APELANTE: **Edvaldo Henrique Ribeiro da Rocha**
APELADO: Ministério Público do Estado de Pernambuco
RELATOR: Des. Mauro Alencar de Barros
PROC. DE JUSTIÇA: Dra. Maria Tereza de Oliveira e Silva
ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal

RELATÓRIO

Trata-se de recurso de apelação Interposto pelo réu **Edvaldo Henrique Ribeiro da Rocha**, em face da sentença de fls. 275/283, que o condenou à pena de 18 (dezoito) anos de reclusão, a ser cumprida em regime inicialmente fechado, pela prática do crime previsto no art. 121, §2º, incisos II e IV, do CP.

Consta da denúncia que no dia 18/07/1995, o denunciado Edvaldo Henrique efetuou disparos de arma de fogo contra a pessoa de Joselito dos Santos, causando-lhes ferimentos que o levaram a morte.

Extraí-se da peça acusatória que o motivo para a ocorrência do crime de homicídio foi uma rixa antiga entre o denunciado Edvaldo e a vítima Joselito, vez que formavam uma "sociedade" para vender bananas e, desfeito o negócio, restou uma dívida da vítima para com o denunciado.

Concluída a instrução criminal, o acusado foi pronunciado e absolvido pelo Tribunal do Júri no julgamento realizado em 26/07/1996 (fls. 143). O Ministério Público recorreu da decisão, sendo o recurso provido, determinando-se que o acusado fosse submetido a novo julgamento pelo Júri Popular. Submetido a novo julgamento, em 22/05/2012, o Conselho de Sentença condenou o réu pela imputação que lhe foi feita na denúncia contra a vítima Joselito dos Santos.

A defesa, em suas razões recursais (fls. 321/323) alega que a pena fixada ao apelante foi exacerbada, não atendendo a garantia constitucional da individualização da pena. Requer a redução do "*quantum*" da pena aplicada.

7



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS

3417
/p

Nas contra-razões acostadas às fls. 329/332, o Ministério Público pugna pela manutenção da sentença recorrida em todos seus termos.

Parecer da Procuradoria em matéria criminal, acostado às fls. 341/343, opinando também pelo improvimento do recurso.

É o Relatório.

À Douta Revisão.

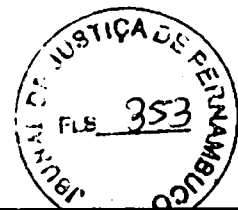
Recife, ^p de 05 de 2013.

Mf

Des. Mauro Alencar de Barros
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS



APELAÇÃO CRIME: Nº 301136-5 – Garanhuns (1ª Vara Criminal)
APELANTE: **Edvaldo Henrique Ribeiro da Rocha**
APELADO: Ministério Público do Estado de Pernambuco
RELATOR: Des. Mauro Alencar de Barros
PROC. DE JUSTIÇA: Dra. Maria Tereza de Oliveira e Silva
ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal

VOTO DO RELATOR

Pretende a defesa, no presente recurso, a reforma da sentença para reduzir a pena imposta alegando que a mesma foi aplicada de forma exacerbada.

O Ministério Público de primeira instância, bem como a Procuradoria de Justiça em matéria criminal, sustentam que o recurso deve ser improvido e a sentença condenatória mantida em todos os seus termos.

Analisando o conjunto probatório acostado aos autos, inclusive as declarações do próprio acusado, verifica-se que não há dúvida quanto prática do crime previsto no art. 121, §2º, incisos II e IV, do CP, contra a vítima Joselito dos Santos, imputado ao apelante.

A Defesa do apelante, em suas razões recursais, insurge-se tão somente contra a pena aplicada ao apelante, alegando que a pena imposta pelo MM Juízo *a quo* foi excessiva e não atendeu os parâmetros constitucionais de sua individualização no que concerne a sua motivação.

Pois bem.

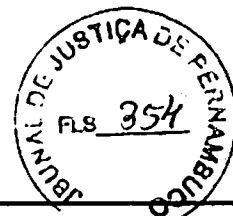
No que se refere ao pedido de reforma da pena aplicada, entendo que tal pleito não deve prosperar.

Como se vê da sentença de fls. 375/383, o Conselho de Sentença condenou o réu por homicídio duplamente qualificado pelo motivo fútil e pela utilização de recurso que impossibilitou a defesa da vítima.

Ocorre que a Juíza sentenciante analisou, de forma detalhada e



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS



fundamentada, as circunstâncias judiciais do art. 59 do CP e aplicou ao acusado, ora apelante, a pena-base de 18 (dezoito) anos de reclusão, ou seja, seis anos acima do mínimo previsto, em virtude da existência de circunstâncias desfavoráveis, o que justifica a imposição da mesma acima do mínimo legal.

In casu, a individualização da pena foi feita de forma correta, obedecendo aos ditames legais, especialmente ao estabelecido no art. 59 do CP que assim dispõe:

Art. 59 - O juiz, atendendo à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta social, à personalidade do agente, aos motivos, às circunstâncias e consequências do crime, bem como ao comportamento da vítima, estabelecerá, conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime:

- I - as penas aplicáveis dentre as cominadas;
- II - a quantidade de pena aplicável, dentro dos limites previstos;
- III - o regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade;
- IV - a substituição da pena privativa da liberdade aplicada, por outra espécie de pena, se cabível.

Desse modo, sendo a pena mínima cominada ao delito de homicídio na forma qualificada de 12 (doze) anos, entendo que a pena de 18 (dezoito) anos foi devidamente fixada e fundamentada em razão das circunstâncias judiciais negativas ao apelante, não havendo qualquer arbitrariedade ou injustiça na fixação do "*quantum*" da pena.

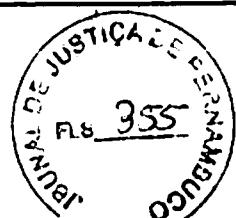
Sendo assim, entendo que não há que se falar em desproporcionalidade e exacerbação da pena uma vez que a pena-base foi aplicada acima do mínimo legal em face das circunstâncias judiciais desfavoráveis, estando razoável e proporcional ao delito em comento.

Diante de tais considerações, entendo que não existe reparo a ser feito na dosimetria da pena. A condenação foi justa e a dosagem se coaduna como prescrito na norma penal substantiva, tendo a MM Juíza *a quo* analisado as circunstâncias judiciais determinadas pelo art. 59 do CP, devendo ser mantida a sentença tal como lançada.

Mf



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS



Ante o exposto, em consonância com o parecer da Procuradoria de
Justiça, voto pelo ***improvemento*** do recurso.

Recife, 02 de 10 de 2013.

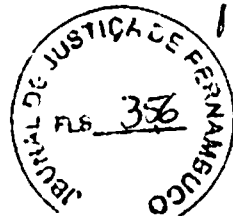
Des. Mauro Alencar de Barros
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)



Apelação Criminal nº. 0000689-95.1995.8.17.0640 (301.136-5)
Comarca de Origem: 1ª Vara Criminal da Comarca de Garanhuns/PE
Apelante: Edvaldo Henrique Ribeiro da Rocha
Apelados: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Relator: Des. Mauro Alencar de Barros
Revisor: Des. Antônio Carlos Alves da Silva
Procurador (a) de Justiça: Dra. Maria Tereza de Oliveira e Silva
Órgão Julgador: 2º Câmara Criminal.

VOTO DE REVISÃO

Cuida-se de Apelação Criminal interposta por **Edvaldo Henrique Ribeiro da Rocha**, contra a sentença de fls. 275/283, exarada pelo Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Garanhuns/PE., que o condenou a pena de 18 (dezoito) anos de reclusão, pela prática do crime tipificado no art. 121, §2º, incisos II e IV, do Código Penal Brasileiro.

O ora apelante, não resignado com a decisão proferida pelo conselho de sentença, através das razões recursais de fls. 319/323, requer a reforma da sentença, exclusivamente para reduzir a sanção imposta, baseando-se no argumento de que esta foi aplicada exacerbadamente.

Nas contrarrazões às fls. 329/332, o acusado requer o improvimento do apelo, para que seja mantida a sentença em todos os seus termos.

O Parecer da Douta Procuradoria de Justiça às fls. 341/343, é pelo desprovimento do recurso.

Consta da denúncia, que no dia 18 de julho de 1995, **Edvaldo Henrique Ribeiro da Rocha**, fazendo uso de arma de fogo, efetuou disparos contra a vítima **Joselito dos Santos**, que veio a óbito, consoante perícia tanatoscópica de fl. 11, e que em ato contínuo desferiu vários disparos contra a pessoa de **Davi Tavares de Feritas**, que não veio a falecer por circunstâncias alheias a sua vontade.

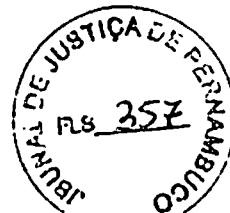
Pois bem. Compulsando os autos, verifiquei que não assiste razão ao apelante, vez que o Magistrado analisou cabalmente e profundamente os preceitos dos arts. 59 e 68 do Código Penal, não havendo qualquer modificação a ser feita, senão, vejamos parte da dosimetria da pena aplicada:

"III. DOSIMETRIA DA PENA - A dosimetria da pena é o momento em que o julgador, imbuído do poder jurisdicional do Estado, comina ao indivíduo que pratica fato típico, a sanção que reflete a reprovação



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)



estatal pelo crime ocorrido, através da pena imposta, objetivando, com isso, a prevenção do crime e sua correção. Ao magistrado, para esse mister, é outorgada, pelo Ordenamento Jurídico pátrio, larga margem de discricionariedade vinculada, para analisar os ditames do art. 59 do CP.

É de se salientar, todavia, que na análise das circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal, deve ser observado que se alguma das circunstâncias judiciais for elementar do próprio tipo legal, descabe considerá-la para influir na dosagem da reprimenda inicial.

Dessa forma, atendendo-se ao comando contido no artigo 68, do Código Penal, passo à fixação da pena a ser imposta ao(s) acusado(s) apreciando, inicialmente, as circunstâncias descritas no artigo 59, do Código Penal:

III. 1 - DOSIMETRIA DA PENA APLICADA A EDVALDO HENRIQUE RIBEIRO DA ROCHA "Val" em razão do crime de homicídio duplamente qualificado praticado contra a vítima JOSELITO DOS SANTOS - 1ª fase - CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS (artigo 59, do Código Penal):

CULPABILIDADE - Com a culpabilidade, deve o juiz analisar o grau de reprovabilidade da conduta do condenado, o que a sociedade esperava que o agente fizesse diante do fato que ocorreu. O denunciado EDVALDO HENRIQUE RIBEIRO DA ROCHA - "Val" compreendia e entendia as circunstâncias do fato e sua ilicitude, podendo ter optado por não praticar o crime.

Naquele instante, exigia-se dele comportamento que se ajustasse ao Direito. A culpabilidade está presente, não havendo qualquer causa que exclua os elementos que a integram. A culpabilidade do acusado EDVALDO HENRIQUE RIBEIRO DA ROCHA - "Val" afere-se gravíssima, pois ele acusado ao resolver tirar a vida da pessoa da vítima Joselito dos Santos e, chegando em frente da residência desta a assassinou na presença de várias pessoas e, além de não recuar ante a presença de outras pessoas, aquiesceu em promover disparos de arma de fogo.

O acusado EDVALDO HENRIQUE RIBEIRO DA ROCHA - "Val" esteve presente na cena do crime e frente a sua execução, demonstrando grande destemor à sociedade e à lei, frente ao ataque feito a vítima, que foi barbaramente assassinada em local público e na presença de várias outras pessoas.

ANTECEDENTES CRIMINAIS - Quanto aos antecedentes criminais, corio o próprio enunciado da circunstância dosimétrica diz, deve-se considerar aqui apenas a vida anterior do réu. Segundo ALBERTO



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

SILVA FRANCO, "o Juiz deverá levar em conta, ao individualizar a pena, os antecedentes do agente, isto é, tudo aquilo que existiu ou lhe aconteceu antes da prática do fato criminoso. Em resumo, o seu comportamento anterior" (Código Penal e sua Interpretação Jurisprudencial, 6 ed., SP: RT, 1997, Vol.1, Tomo, Parte Geral, p. 884).

Não há registro de condenação criminal do acusado anteriormente à prática deste delito. Não podemos esquecer que somente serão computados, como antecedentes, os processos e inquéritos transitados em julgado, pois existe o princípio da presunção de inocência do réu.

Dessa forma os antecedentes criminais são bons, à míngua de qualquer processo judicial criminal que possa existir em relação e/ou contra o réu.

CONDUTA SOCIAL - Com esse item, o juiz avaliará o agente e sua vida em sociedade, como seu relacionamento com a família, vizinhos, no trabalho, se o ato violento foi um acontecimento fora do normal. De fato é de se aquilatar, neste momento, como o acusado está inserido na sociedade, sua vida antes do crime. Como é cediço, a jurisprudência pátria nos leciona: "A conduta social do agente não pode ser considerada desfavorável apenas por conta do cometimento do próprio delito, assim como considerações de cunho ético e moral devem ser excluídas da avaliação." STJ (HC 67710 / PE. HABEAS CORPUS).

É de se analisar a postura do acusado frente à coletividade. Neste diapasão, não há, no processo, dados suficientes para aferir a conduta social do réu EDVALDO HENRIQUE RIBEIRO DA ROCHA - "Val", na sociedade. O acusado praticou o crime, com uso de arma de fogo, da qual já mantinha a guarda. Ademais, a conduta do réu, naquele momento, demonstrou-se violenta, uma vez que o mesmo poderia ter evitado o cometimento do crime, e só não o fez em razão da sua vontade.

PERSONALIDADE DO AGENTE - Nesta etapa, o Juiz deve levar em consideração o caráter do agente, sua índole, moral, se houve frieza ao cometer o crime, se está arrependido, enfim, elementos bem subjetivos. É de se frisar que juiz nenhum possui formação em estudos psicossomáticos ou de qualquer natureza que investigue os confins obscuros da mente humana.

A lei leva os juízes a analisar tal circunstância, para que analise fatos e provas do processo que possam revelar atos que conduzam a conclusão da existência de desvios sociais de personalidade, ou seja, se os atos noticiados nos autos e fora da esfera do fato típico, para que



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

não se alegue bis in idem, revelam personalidade tendenciosa ou voltada para o crime.

E o conjunto probatório destes autos não fornecem elementos que levem a crer que o acusado tenha uma personalidade voltada para a violência, porém, é certo que o réu agiu por meio da sua vontade para a prática e cometimento do crime.

Verifico que a forma como o réu se armou, com revólver, e a forma como se apresentou em via pública, para matar a vítima, na frente de várias pessoas revela periculosidade social concreta pelo próprio modo de agir frente ao delito que se encontra envolvido.

Há que se frizar que o réu poderia ter evitado o cometimento do crime e apenas não o fez em razão da sua vontade.

MOTIVOS DO CRIME - Aqui deve ser analisado o que levou o agente a prática do crime, devendo-se acurar-se para que não ocorra bis in idem. O crime cometido pelo réu contra a vítima Joselito dos Santos teve motivo fútil, banal, portanto reprovável, o que, por si só, configura causa qualificadora do crime. A violência gratuita, a desumanização da vítima, desferindo-lhe tiros sem dar-lhe oportunidade de defesa, e em seguida efetuando mais um disparo contra a vítima quando esta já se encontra totalmente indefesa, se perfaz como modo de afirmar e reafirmar a atuação do acusado na situação de "homem valente e disposto para resolução das situações pela violência".

Nada há, portanto, que favoreça ao réu.

CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME - Aqui devemos analisar tudo que faz parte na prática do crime, a maneira como o agente agiu, o lugar, o tempo e os objetos utilizados por ele, etc. As circunstâncias não favorecem de igual modo ao acusado, em face do modo de agir, tendo o acusado EDVALDO HENRIQUE RIBEIRO DA ROCHA - "Val":

- Agido por meio de arma de fogo; - Agido por meio de desumanização da vítima, que restou caída, e voltou a ser agredida quando já se encontrava com a sua vida se ultimando; Agido em lugar público, na presença de várias pessoas; - Agido de surpresa o que dificultou mais ainda a defesa da vítima;

CONSEQÜÊNCIAS EXTRA-PENAIIS DO CRIME - Aqui deve se ver tudo o que resultou da conduta do agente para a vítima, a família e a sociedade, excetuando o resultado do crime, para que não haja bis in idem. As conseqüências extra-penais têm relevância. O uso de arma de fogo, em vias públicas causou, inclusive, perigo a terceiros naquele dia,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE - CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)



afinal a decisão do réu em matar a vítima JOSELITO DOS SANTOS foi deliberada pelo mesmo, embora entre o seu desentendimento anterior com a vítima, este pudesse ter evitado, uma vez que teve tempo de esfriar a cabeça e se recompor, pois chegou a se armar, e espreitar a vítima para matá-la. Além do que, os disparos de arma de fogo efetuados pelo réu trouxeram consequências danosas para a sociedade.

As ações do acusado naquele dia fragilizaram a sociedade, foi uma verdadeira apologia a violência.

COMPORTAMENTO DA VÍTIMA - Analisa-se aqui se o comportamento da vítima contribuiu para a eclosão do crime ou não. Não há provas nos autos que o comportamento da vítima tenha contribuído para a ação do acusado, uma vez que a este era dado o direito de denunciar o comportamento da vítima, efetuar cobranças judiciais contra a mesma, evitando o crime.

Nada nestes autos justifica a ação criminosa do acusado.

Há circunstâncias judiciais desfavoráveis ao acusado EDVALDO HENRIQUE RIBEIRO DA ROCHA - "Val" o que enseja a aplicação de pena superior ao mínimo legal, principalmente, ante as graves circunstâncias com que foi perpetrado o delito.

Pena-base - FIXO A PENA BASE EM:

* 19 (dezenove anos) de reclusão pelo delito de homicídio duplamente qualificado da vítima JOSELITO DOS SANTOS.

2ª fase - CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES E AGRAVANTES (artigos 61 e 65 do Código Penal):

O Conselho de Sentença reconheceu a existência de circunstâncias atenuantes, no que atenuou a pena em 01 (um) ano de reclusão.

Não foram votadas circunstâncias agravantes.

3ª fase - CAUSAS DE DIMINUIÇÃO E CAUSAS DE AUMENTO DA PENA:

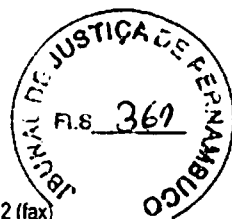
Não houve causas de diminuição ou aumento de pena votadas pelo conselho de sentença.

4ª fase - PENA DEFINITIVA:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)



Aplico ao(s) réu(s) **CONCRETA E DEFINITIVAMENTE, A PENA DE:**

* 18 (dezoito anos) de reclusão pelo delito de homicídio duplamente qualificado da vítima JOSELITO DOS SANTOS, com as repercussões da Lei dos Crimes Hediondos.

Desta forma, não há o que se falar em desproporcionalidade na pena aplicada, vez que a pena aplicada foi aplicada acima do mínimo legal em razão das circunstâncias judiciais desfavoráveis, sendo descabida qualquer tipo de retificação á pena.

Assim, diante de todo o exposto, **VOTO pelo improvimento do apelo,** para que a sentença recorrida seja mantida em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, de de 2013.

Des. Antonio Carlos Alves da Silva
Revisor